

ÍNDICE GERAL
ANO 21

	Págs.
† Prof. Doutor Peter Hunerfeld.....	205
DOUTRINA	
<i>Das penas e dos seus fins — Recordando narrativas fundadoras em direito penal</i> Paulo Ferreira da Cunha	7
<i>A tutela penal da liberdade sexual</i> Inês Ferreira Leite	29
<i>Reflexões sobre alternativas à pena e uma aproximação à alternatividade penal..</i> Pablo Galain Palermo	95
<i>Quem tem medo da intercuriosidade da criminologia</i> José Martins Barra da Costa	131
<i>Do prémio da felonía na história jurídica e no direito penal contemporâneo.....</i> José Luis Guzmán Dalbora	209
<i>A burla como crime contra o património: superação de uma tautologia</i> Inês Fernandes Godinho / Laura Mayer Lux	237
<i>Sentido e função do instituto da perda de vantagens relacionadas com o crime no confronto com outros meios de prevenção da criminalidade reditícia (em especial, os procedimentos de confisco in rem e a criminalização do enri- quecimento “ilícito”)</i> Pedro Caeiro	267
<i>O reenvio prejudicial de urgência no contexto do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.....</i> Teresa Bravo	355
<i>A Europa vista a partir de uma perspectiva alemã: um desafio para a defesa em processo penal</i> Sabine Gless	395

	Págs.
<i>Violência sexual juvenil: conceptualização, caracterização e prevalência</i> Ricardo G. Barroso / Celina Manita / Pedro Nobre	427

	Págs.
<i>Poderá a “reparação penal” ter lugar como autónoma reacção criminal?</i> Inês Almeida Costa	495

	Págs.
<i>Legalidade da prova e provas proibidas.....</i> Sandra Oliveira e Silva	545

	Págs.
<i>Acordos sobre a decisão administrativa e sobre a sentença no processo contra-orde- nacional</i> Nuno Brandão	593

JURISPRUDÊNCIA CRÍTICA

	Págs.
<i>Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal n.º 2/2011</i> José Manuel Damião da Cunha	147

	Págs.
<i>Falsificação de documentos e burla: unidade ou pluralidade de sentidos autónomos de ilicitude?</i> <i>Anotação ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 29 de Junho de 2010.....</i> Helena Moniz	325

	Págs.
<i>Conceito de violência no crime de violação — Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 13/4/2011</i> Maria da Conceição Ferreira da Cunha	441

	Págs.
<i>O limiar mínimo de punição da fraude fiscal (qualificada): entre duas leituras jurisprudenciais divergentes</i> <i>Anotação aos Acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães de 18 de Maio de 2009 e do Tribunal da Relação do Porto de 23 de Março de 2011.....</i> Susana Aires de Sousa	611

NOTÍCIAS

	Págs.
<i>Notícia sobre o II Congreso Internacional de Jóvenes Investigadores en Ciencias Penales.....</i> Joana Amaral Rodrigues	483